

# Segurança Pública, Racismo e Violência

A polícia mais violenta não garante segurança nem mais controle sobre ela mesma. E isso reflete diretamente no aumento de mortalidade entre negros

**Elizeu Soares Lopes**  
16 de junho de 2021

SAULO ANGELO/FUTURA PRESS/FOLHAPRESS



Ouvidoria da Polícia de São Paulo instituiu o “Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo Institucional e Estrutural no âmbito das Forças Públicas de Segurança de São Paulo”.

“ Mesmo depois de abolida a escravidão  
Negra é a mão

De quem faz a limpeza

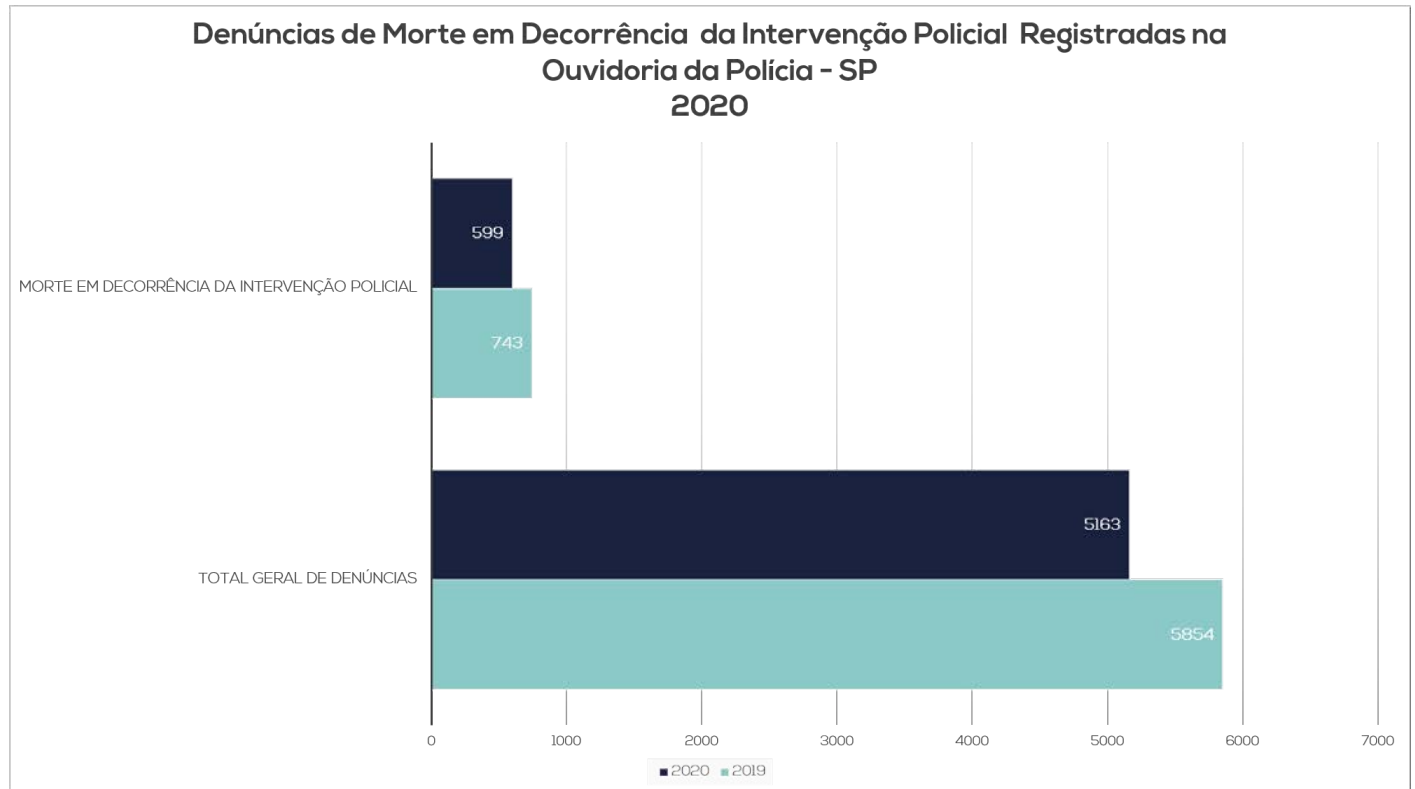
Lavando a roupa encardida, esfregando o chão

Negra é a mão

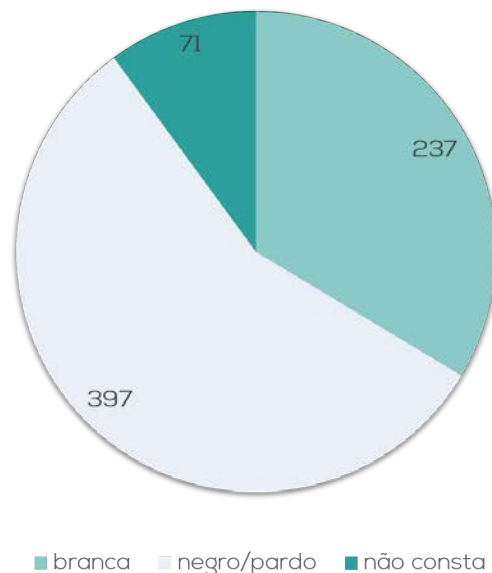
É a mão da pureza” Gilberto Gil, *A Mão da Limpeza*, 1984

Quando Gilberto Gil escreveu *A Mão da Limpeza*, no começo da década de 1980, pouco ou quase nada se tinha de dados acerca do racismo institucional na ação policial no Brasil. Tão menos o debate acerca do racismo estrutural, vivia-se sob o Mito da Democracia Racial. O racismo era então discutido quanto às práticas culturais da sociedade, a herança da escravidão que lograva naturalizar ações sociais racistas. Percebe-se que se tratam de questões recentes de debate em nossa sociedade e que, por isso, talvez, ainda estejam em construção as pontes de conexão entre racismo, segurança pública e violência.

O Relatório Anual (2020) da Ouvidoria da Polícia de São Paulo demonstra que, mesmo durante a pandemia e o isolamento social, as denúncias relacionadas à morte em decorrência da ação policial persistiram e tiveram pouco decréscimo comparando-se a 2019. As vítimas fatais negras em 2020 são maioria, como se apresenta nos gráficos abaixo:



### Vítimas por raça/cor Mortes em decorrência da intervenção Policial Registradas na Ouvidoria da Polícia - SP 2020



O que se deve perguntar é: quais os fatores que fazem com que esses casos aconteçam de forma corriqueira na ação policial para com a população negra? A ação policial é racista? Os dados que estamos acompanhando pela Ouvidoria apontam que a vitimização policial se direciona mais à população negra (seja pela morte de civis ou policiais). Lembra-se que as políticas públicas relacionadas à segurança tratam da ampliação da ação policial e não das questões raciais institucionais. É nesta seara que devemos atuar, associando cada vez mais a segurança pública, o racismo e a violência.

Como encaminhamento para a construção de políticas públicas de segurança que construam diálogos com os temas racismo e violência policial, a Ouvidoria da Polícia de São Paulo instituiu o "Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo Institucional e

Estrutural no âmbito das Forças Públicas de Segurança de São Paulo”. Esse grupo é composto por representantes de instituições universitárias que tratam da temática, representantes das polícias militar e civil do Estado e interlocutores do movimento negro. O grupo deverá emitir relatório e recomendações ao sistema de segurança pública do estado no mês de setembro de 2021.

Nota-se também que está no horizonte desse Grupo de Trabalho o combate à reprodução do racismo presente para com os agentes da segurança pública. Os policiais negros têm vivência com o racismo e muitos sofreram racismo. Essa é uma preocupação para a elaboração de novas políticas de segurança, além de protocolos claros de uso da força no que tange a abordagens de qualquer ordem.

Para concluir, entende-se que a polícia mais violenta não garante segurança nem mais controle sobre ela mesma. E isso reflete diretamente no aumento de mortalidade entre negros, assim como pesquisas realizadas por Sinhoretto (2018). Não se trata de excepcionalidade, nem se trata também do número populacional de negros. Acontece de forma recorrente e é urgente mudar o curso destes acontecimentos.

Referências:

BRASIL. GOVERNO FEDERAL. Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969. Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D65810.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65810.html) Acesso em Junho de 2021

OUVIDORIA DA POLÍCIA DE SÃO PAULO. Relatório Anual 2020. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpouvidoria-policia/RelatANUAL2020.pdf> Acesso em maio de 2021

USP. Jornal Ciência USP. Edição 26, junho de 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/podcast/ciencia-usp-26-o-que-racismo-tem-a-ver-com-violencia-policial/> Acesso em junho de 2021

Referências:

RAMOS, Paulo Cesar. Gramática negra contra a violência de Estado: da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018). Tese Doutorado FFLCH/USP/SP. Fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-19052021-202215/pt-br.php> Acesso em junho de 2021

SINHORETTO, Jacqueline; MORAIS, Danilo. Violência e racismo: novas faces de uma a nidade reiterada. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/res/n64/0123-885X-res-64-00027.pdf> Acesso em junho de 2021.

**Elizeu Soares Lopes**

Advogado, é Ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo e ex-Secretário Adjunto da Igualdade Racial da Prefeitura de São Paulo. Integrou a comissão de estudos da Presidência da República para a reforma do Código de Processo Penal. É especialista em Direito Constitucional e Administrativo pela Escola Paulista de Direito e em Gestão Pública pela Unifesp

---

<https://fontesegura.org.br/multiplas-vozes/ygibh7ibb4>

